



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – BENS E MATERIAIS**  
(Processo Administrativo n.º 23228.000784/2019-25)

**1. DO OBJETO**

1.1. **ASSUNTO:** Registro de preços para compra de **materiais, insumos e ferramentas diversas**, em atendimento às demandas da Reitoria e dos *campi* Santana, Laranjal do Jari, Porto Grande e avançado Oiapoque do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Ifap.

1.2. O objeto será entregue conforme especificações descritas nesse Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital independente de transcrição;

1.3. Para efeito de julgamento dos preços no PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, o critério de julgamento deverá ser Menor Preço por item, sendo vencedor o licitante que ofertar o menor valor para o item na fase de lances;

1.4. O objeto deve ser fornecido conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações e quantidades relacionadas abaixo:

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES DE REFERÊNCIA

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
1	213879	<b>Ancinho de jardinagem</b> – Ancinho jardinagem, material chapa ferro, quantidade dentes 6 und, altura dentes 150 mm, largura total 38 mm, espessura dentes 3,50 mm.	UND	10	R\$ 15,30	R\$ 153,00
2	219567	<b>Cadeado</b> – Cadeado, material latão maciço, características adicionais não aplicável, material haste aço cementado, cor não aplicável, altura 37 mm, largura 21 mm, altura corpo 23 mm, altura haste 14 mm, quantidade pinos 4 und, diâmetro haste 3,70 mm.	UND	30	R\$ 17,79	R\$ 533,70
3	108278	<b>Cinta reboque 10m</b> – Cinta reboque, 100 mm de largura, camada única carga de 10 toneladas com olhal reforçado. Comprimento 10 metros, 2 manilhas, curva ¾", com pino roscado aço forjado para carga de ruptura e deformação da manilha 26 toneladas. <b>Referência: Sling. Mantidas as características de funcionalidade e finalidade pode ser equivalente ou de melhor qualidade (TCU, acórdão 113/2016 – plenário).</b>	UND	1	R\$ 406,69	R\$ 406,69
4	234019	<b>Conjunto de chaves fenda</b> – Conjunto chaves fenda, reforçadas e sextavadas. <b>Referência: Phillips. Mantidas as características de funcionalidade e finalidade pode ser equivalente ou de</b>	UND	2	R\$ 204,60	R\$ 409,20



		<b>melhor qualidade (TCU, acórdão 113/2016 – plenário).</b>				
5	3689	<b>Conjunto tesoura poda</b> – Conjunto de tesoura para poda/jardinagem, composto de três tesouras para poda, sendo: 1 tesoura para jardim, 1 tesoura para poda de galhos, 1 tesoura para grama e cercas vivas, características: dimensões do produto para uso: largura: 5,00 cm, altura: 15,00 cm, comprimento: 31,00 cm; dimensões da embalagem: largura: 5,00 cm, altura: 15,00 cm, comprimento: 31,00 cm, peso do produto 0,30 kg.	UND	2	R\$ 104,26	R\$ 208,52
6	314244	<b>Enxadão</b> – Enxadão com material de aço-carbono temperado, características adicionais pintura eletrostática a pó, material cabo madeira 130 cm, cor preto.	UND	3	R\$ 38,42	R\$ 115,26
7	215182	<b>Facão 16 polegadas</b> – Facão, material lâmina aço, material cabo madeira, comprimento 16 polegada, tipo para mato.	UND	2	R\$ 22,70	R\$ 45,40
8	215167	<b>Facão 18 polegadas</b> – Facão, material lâmina aço, material cabo polipropileno, comprimento 18 polegadas, tipo para cacau.	UND	4	R\$ 39,12	R\$ 156,48
9	393438	<b>Ferro de solda</b> – Ferro de solda, potência 50w, voltagem 127v, resistência mica, ponta: longa durabilidade tratada com ferro e alumínio, dupla isolamento, temperatura máxima 510°.	UND	2	R\$ 37,48	R\$ 74,96
10	391961	<b>Lima manual, tipo grossa</b> – Ferramenta, lima manual, tipo grossa, forma retangular, comprimento 250 mm. Características adicionais: com picado duplo.	UND	2	R\$ 39,57	R\$ 79,14
11	322741	<b>Kit chave torx em aço</b> - Kit chave torx em aço, tipo I, com 10 peças, ponta dupla nas seguintes medidas: t9, t10, t15, t20, t25, t27, t30, t40, t45 e t50, comprimento variando de 7mm (t9) a 17mm (t50).	UND	1	R\$ 52,85	R\$ 52,85
12	232907	<b>Kit de ferramentas</b> – Jogo de chaves combinadas com catraca com 16 peças 8-24mm.	UND	1	R\$ 396,04	R\$ 396,04
13	150659	<b>Kit de ferramentas</b> – Kit caixa de ferramentas sanfonada, 5 gavetas com 62 peças, sendo: 1º gaveta: 18 soquetes sextavados: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30 e 32 mm; 1 junta universal; 1 catraca reversível 10"; 2º gaveta: 7 chaves combinadas: 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 24 mm; 3º gaveta: 1 alicate	UND	3	R\$ 1.532,97	R\$ 4.598,91



		universal 7"; 1 alicate corte diagonal 6"; 1 alicate bico reto 6"; 3 chaves de fenda: 5.5 x 100mm, 6.5 x 150mm e 8 x 175mm; 3 chaves phillips: ph1 x 80mm, ph2 x 100mm e ph3 x 150mm. 4° gaveta: 11 chaves combinada: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 mm; 9 chaves allen abaulada longa com suporte: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 6, 8 e 10 mm; 5° gaveta: 1 soquete de vela 21mm; 1 cabo articulado 18"; 2 extensões: 5" e 10"; 1 extensão articulada 15° - 2"; 1 cabo de força 12".				
14	150659	<b>Kit de ferramentas</b> – Kit de ferramentas e brocas com 100 peças.	UND	1	R\$ 204,38	R\$ 204,38
15	150659	<b>Kit de ferramentas</b> – Kit de ferramentas com maleta, contendo no mínimo: 1 alicate universal, 1 alicate de bico, 1 martelo, 1 chave inglesa, 1 trena 3 metros, chaves halen, chaves combinadas.	UND	3	R\$ 303,48	R\$ 910,44
16	193750	<b>Kit para jardinagem</b> – Kit para jardinagem, contendo 10 peças: 2 pás de bico, 1 sachô de 3 pontos, 2 tesouras para poda, 2 mini pazinha, 1 mini rastelinho, 1 foice pequena para jardinagem.	UND	9	R\$ 111,36	R\$ 1.002,24
17	401318	<b>Lanterna tática</b> – Lanterna tática led 450.000 lumens.	UND	3	R\$ 67,13	R\$ 201,39
18	150659	<b>Maleta de ferramentas profissional 186 peças</b> – Maleta de ferramentas profissional 186 peças, contendo: 01 adaptador borboleta, 01 adaptador magnético, 1 alicate de corte, 1 alicate bomba d'água 10", 1 alicate de bico longo, 1 alicate ford, 1 alicate de pressão mordentes curvos, 1 alicate desencapador de fios, 2 bastões de cola quente, 24 bits sendo: 5 bits philips: ph0 – ph1 – ph2 – ph3 – ph4, 5 bits fenda: 3 – 4 – 5 – 6 – 7 mm, 6 bits torx: t10 – t15 – t20 – t25 – t30 – t35, 6 bits allen: 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 mm, 2 bits pozidriv: pz1 – pz2; 1 cabo "t" - 1/4", 1 chave ajustável, 2 chaves catracas reversíveis com encaixe: 1/4" - 1/2", 1 chave adaptadora com cabo encaixe 1/4", 6 chaves philips: ph0 x 75 – ph0 x 100 – ph1 x 75 – ph2 x 38 – ph2 x 100 – ph3 x 150 mm, 5 chaves fenda: 3 x 75 – 3 x 100 – 5 x 75 – 6 x 38 – 6 x 100 mm, 3 chaves para alta tensão: 2 fenda: 4 x 100 – 5 x 125 mm, 1 philips: ph1 x 100 mm; 1 chave de teste 100 – 250 v, 6 chaves de precisão: 2 philips: ph0 – ph1, 4 fenda: 1 – 1,4 – 1,8 – 2,4 mm, 1 chave adaptadora catracada com cabo, 10	UND	2	R\$ 849,54	R\$ 1.699,08



		chaves combinadas: 6 – 8 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 17 – 19 mm, 1 estilete trapezoidal, 1 extensor magnético 5 lbs, 1 estojo plástico com 60 peças sendo: 14 pregos, 10 parafusos com ponta chata, 08 parafusos com ponta, 10 arruelas, 10 porcas :: buchas, 2 extensão de encaixe 1/4" - 3" - 5 ", 1 extensão flexível de 4", 1 extensão de encaixe 1/2" - 5", 1 extensão de 10", 1 extensão cabo "t" com encaixe de 1/2", 1 fita isolante preta, 2 grampos para marceneiro, 1 jogo de chave allen com 9 peças: 1,5 – 2 – 2,5 – 3 – 4 – 5 – 6 – 8 – 10 mm, 2 juntas universais: 1/4" e 1/2", 1 martelo unha, 1 pistola de cola quente, 1 régua com 3 níveis, 1 trena de 5 metros, 17 soquetes encaixe 1/2": 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 20 – 21 – 22 – 23 – 24 – 27 – 30 mm, 12 soquetes encaixe 1/4": 4 – 4,5 – 5 – 5,5 – 6 – 7 – 8 – 9 -10 – 11 – 12 - 13 mm, 2 soquetes de vela: 16 - 21 mm.				
19	239335	<b>Marreta 5 kg</b> – Marreta com cabo de madeira, 5 kg, cabeça forjada e temperada em aço carbono especial, cabo de madeira envernizado de 740 mm, comprimento da marreta: 800 mm, Comprimento da cabeça: 16 mm.	UND	1	R\$ 90,30	R\$ 90,30
20	324655	<b>Pá de bico com cabo</b> – Pá de bico com cabo, material da composição: madeira e metal, comprimento: 45 cm, largura: 13 cm; a pá é utilizada na horticultura, fruticultura e jardinagem para ajuntar ou carregar materiais diversos; produzido em aço carbono ao boro especial de alta qualidade; temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso; pintura eletrostática a pó, que tem uma melhor apresentação visual e alta proteção contra oxidação; o cabo desta ferramenta, deve possuir ótima resistência, fabricado com madeira, de origem renovável.	UND	4	R\$ 27,05	R\$ 108,20
21	441192	<b>Pá de concha de bico</b> – Pá de concha de bico, com cabo de madeira 71 cm.	UND	3	R\$ 37,12	R\$ 111,36
22	129097	<b>Pá de corte</b> – Pá de corte para coleta de solos.	UND	3	R\$ 61,41	R\$ 184,23
23	230143	<b>Parafuso cabeça chata (diâmetro nominal 10)</b> – Parafuso cabeça chata, material aço, tipo rosca francesa, diâmetro nominal 10, comprimento nominal 5, características adicionais: com bucha náilon e fenda.	UND	200	R\$ 0,71	R\$ 142,00



24	230158	<b>Parafuso cabeça chata (diâmetro nominal 4)</b> – Parafuso cabeça chata, material aço, tipo rosca francesa, diâmetro nominal 4, comprimento nominal 2, características adicionais com bucha náilon e fenda.	UND	200	R\$ 0,91	R\$ 182,00
25	229864	<b>Parafuso cabeça chata (diâmetro nominal 5)</b> – Parafuso cabeça chata, material aço, tipo rosca francesa, diâmetro nominal 5, comprimento nominal 10, características adicionais: com bucha náilon e fenda.	UND	200	R\$ 1,01	R\$ 202,00
26	229866	<b>Parafuso cabeça chata (diâmetro nominal 7,5)</b> – Parafuso cabeça chata, material aço, tipo rosca francesa, diâmetro nominal 7,5, comprimento nominal 14, características adicionais: com bucha náilon e fenda.	UND	200	R\$ 0,90	R\$ 180,00
27	230161	<b>Parafuso cabeça chata (diâmetro nominal 8)</b> – Parafuso cabeça chata, material aço, tipo rosca francesa, diâmetro nominal 8, comprimento nominal 4, características adicionais: com bucha náilon e fenda.	UND	200	R\$ 0,83	R\$ 166,00
28	274465	<b>Solda em fio</b> – Solda em fio, aplicação em soldagem manual de conexões eletrônicas, material, estanho, rolo com 500 gramas.	UND	2	R\$ 79,24	R\$ 158,48
29	327309	<b>Tesoura</b> – Tesoura, material, aço inoxidável, comprimento: 23 cm, abertura lâmina: 6,5 cm, aplicação: corte casco ovino.	UND	2	R\$ 146,30	R\$ 292,60
30	391934	<b>Torquês</b> – Torquês, material: corpo aço forjado e cromo vanádio, tipo: corta casco, acabamento: mandíbulas polidas, características adicionais: cabo pintado, largura corte: 30 mm, comprimento: 330 mm.	UND	2	R\$ 241,98	R\$ 483,96
31	240202	<b>Trena 50 metros</b> – Trena manual de fibra longa, 50 metros.	UND	4	R\$ 96,92	R\$ 387,68
32	239089	<b>Trena 30 metros</b> – Trena, material aço, largura lâmina 15, comprimento 30, características adicionais: enrolamento manual, com trava.	UND	2	R\$ 97,03	R\$ 194,06
33	368983	<b>Trena 100 metros</b> – Trena, material fibra de vidro, largura lâmina 13, comprimento 100, características adicionais: caixa em abs/trava, tipo rebobinamento manual.	UND	1	R\$ 137,31	R\$ 137,31
34	217907	<b>Trena 5 metros</b> – Trena, material aço, largura lâmina 16, comprimento 5, características adicionais: sem flexibilidade/abertura de 140 cm lâmina.	UND	7	R\$ 17,18	R\$ 120,26
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 14.388,12</b>	



1.5. O **VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA** para esta compra é de **R\$ 14.388,12 (QUATORZE MIL, TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)**;

1.6. Para o alcance dos valores estimados foram realizadas pesquisas de preços no painel de preços do governo federal, bem como preços de fornecedores de sítios eletrônicos especializados, conforme documentos constantes no processo, em observância ao disposto na IN n. 03\2017 – SLTI/MPOG;

1.7. Os produtos deverão ser **inteiramente novos, de primeiro uso**;

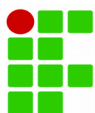
1.8. Conforme necessidade, observada a legislação de defesa do consumidor, os itens deverão possuir manual de instrução ou guia de uso, contendo todas as informações necessárias de funcionamento, conservação e manutenção dos materiais;

1.9. Quando não houver definição de cor nas especificações dos materiais, esta deverá ser escolhida pelo IFAP dentre as disponíveis na cartela/mostruário da empresa vencedora, no momento da aquisição, quando for o caso;

1.15. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão gerenciador: REITORIA (UASG: 158150)				
Setor: Departamento de Comunicação, Informação e Eventos				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
9	UND	1	2	2
11	UND	1	1	1
18	UND	1	1	1
28	UND	1	2	2

Órgão Participante: CAMPUS MACAPÁ E CAMPUS OIAPOQUE (UASG: 158159)				
CAMPUS OIAPOQUE				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	UND	1	3	3
3	UND	1	1	1
6	UND	1	3	3
7	UND	1	2	2
13	UND	1	1	1
15	UND	1	1	1
16	UND	1	2	2
31	UND	1	2	2
34	UND	1	2	2
CRONOGRAMA				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				



**LOCAL DE ENTREGA**

**Campus Oiapoque:** Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiapoque/AP, CEP: 68.980-000

**Órgão Participante: CAMPUS SANTANA (UASG: 155592)**

Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
12	UND	1	1	1
13	UND	1	1	1
14	UND	1	1	1
15	UND	1	1	1
17	UND	1	3	3
18	UND	1	1	1
33	UND	1	1	1

**CRONOGRAMA**

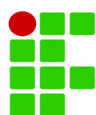
Conforme necessidade durante a vigência da ARP

**LOCAL DE ENTREGA**

Rodovia Duca Serra, s/n – Bairro Paraíso, Santana/AP, CEP: 69.925-000

**Órgão ou entidade participante: CAMPUS PORTO GRANDE (UASG: 155941)**

Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	UND	1	3	3
5	UND	1	1	1
8	UND	1	2	2
10	UND	1	2	2
16	UND	1	5	5
19	UND	1	1	1
20	UND	1	4	4
22	UND	1	3	3
23	UND	1	200	200
24	UND	1	200	200
25	UND	1	200	200
26	UND	1	200	200
27	UND	1	200	200
29	UND	1	2	2
30	UND	1	2	2
31	UND	1	2	2



32	UND	1	2	2
34	UND	1	5	5
<b>CRONOGRAMA</b>				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
<b>LOCAL DE ENTREGA</b>				
Rodovia Perimetral Norte (BR-210), km 103, S/N, CEP 68997-000, Porto Grande-AP				

Órgão ou entidade participante: CAMPUS LARANJAL DO JARI (158160)				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Total
1	UND	1	4	4
2	UND	1	30	30
4	UND	1	2	2
5	UND	1	1	1
8	UND	1	2	2
13	UND	1	1	1
15	UND	1	1	1
16	UND	1	2	2
21	UND	1	3	3
<b>CRONOGRAMA</b>				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
<b>LOCAL DE ENTREGA</b>				
Rua Nilo Peçanha, 1263 – Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP, CEP: 68.920-000				

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Para aquisição:

O Departamento de Informação, Comunicação e Eventos requer materiais que serão utilizados no apoio, suporte e infraestrutura da área técnica de equipamentos audiovisuais utilizados em produções de comunicação e eventos institucionais.

O Campus Porto Grande esclarece que as ferramentas são necessárias para manutenção de máquinas e equipamentos relacionados diretamente com o projeto Fazenda Experimental.

Além disso, os *campi* Santana, Laranjal do Jari e avançado Oiapoque justificam suas demandas pela necessidade de se ter materiais necessários para manutenções rotineiras em equipamentos diversos, inclusive os da área de Tecnologia da Informação.

É importante mencionar que o quantitativo de materiais para todas as Unidades administrativas demandantes foi levantado conforme análise de estoque e de compras de exercícios anteriores, tendo sido observadas as demandas de utilização e acrescidos os percentuais de aumento em virtude de expansão dos *campi* do IFAP e consequentemente contratação de novos servidores.

### 2.2. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

A Reitoria do IFAP vem colocando em prática as contratações compartilhadas entre a Reitoria e os seus *campi*, com o objetivo de diminuir o fluxo e agilizar os processos de aquisições.

A adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir, o que caracteriza a lei de demanda.





Proporcionará também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao fazermos um só processo despenderemos o tempo gasto em um processo licitatório uma única vez e teremos o material disponível sempre que necessário.

Adotou-se, assim, o Sistema de Registro de Preço – SRP, considerando as hipóteses previstas nos incisos II e III do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação somente quando houver necessidade, ou seja, os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços, respectivos fornecedores e condições já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. A presente compra trata-se de bens comuns, e ocorrerá através de PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com os Decretos (e alterações) nºs 3.555/2000, 3.722/2001, 3.784/2001, 5.450/2005, 7.892/2013, Lei nº 10.520/2002, sendo aplicadas subsidiariamente às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações. Consideram-se bens comuns, para os fins e efeitos desta compra, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

### **4. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

4.1. Conforme o art. 3º da Lei 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

4.2. Segundo o TCU, licitações sustentáveis visam, além de outros aspectos, o desenvolvimento regional e equidade social, benefícios à saúde pública e redução dos impactos ambientais, comércio justo, novos negócios e incentivo a micro e pequenas empresas. Assim, a administração privilegiará, na presente aquisição, a adoção da proposta mais vantajosa dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental, quando aplicáveis, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e alterações.

4.3. Por sua vez o Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, regulamenta o dispositivo da Lei de Licitações já citado, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Além disso, em seu artigo 3º dispõe que tais critérios e práticas de sustentabilidade serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, o que no presente Termo de Referência se contempla de forma prática no item 9.1.7 e seus subitens.



4.4. A presente licitação, portanto, busca observar os principais dispositivos que tratam do desenvolvimento sustentável nas aquisições e contratações públicas, inclusive o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Ifap e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS E/OU CATÁLOGO**

5.1. Aos licitantes participantes, que se classificarem em primeiro lugar e que não tiverem suas propostas recusadas na fase de aceitabilidade, poderão ser solicitados amostras do material e/ou catálogo, considerando o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para amostras, e 24 (vinte e quatro) horas para catálogo (informar o prazo necessário), a contar da notificação pelo pregoeiro durante a sessão pública, para avaliação técnica de compatibilidade e/ou equivalência com as especificações deste Termo de Referência;

5.2. Caso a amostra da autora da melhor proposta seja reprovada, será convocada a autora da segunda melhor proposta para, caso o seu preço esteja dentro da margem orçamentária da Administração, possa apresentar sua amostra, estando sujeita às mesmas condições, e assim sucessivamente;

5.2.1. Poderá ser adotada outra metodologia de convocação e apresentação de amostras, a critério do pregoeiro e justificada conforme a ocasião, desde que não deixe de observar os princípios da competitividade e da isonomia, bem como a ordem de classificação;

5.2.2. Fica dispensada a amostra caso o produto oferecido seja do mesmo modelo e marca de referência definidos para o item;

5.3. A amostra deverá ser entregue diretamente no Departamento de Licitações da Reitoria do IFAP - DELIC, localizado no seguinte endereço: BR 210, Km 3, s/n, Bairro Brasil Novo, Macapá/AP, no horário das 08h30min às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

5.4. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

5.5. Através de uma comissão de avaliação, formada por representante(s) da unidade demandante e pela unidade de licitações, ocorrerá a análise detalhada da conformidade das amostras com as especificações, com vistas à aprovação das amostras apresentadas;

5.6. As amostras apresentadas poderão ser desmontadas e executadas medidas (cortes, rupturas, lixamento, ou quaisquer outros danos necessários para avaliação) para averiguação do atendimento ao especificado. O órgão não se responsabilizará por qualquer dano causado aos protótipos apresentados, sendo disponibilizados aos licitantes para retirada do item no estado em que se encontrarem após avaliação técnica, sem custos para a administração da Contratante.

5.7. Após o encerramento oficial do certame, o IFAP disponibilizará as amostras para retirada, no estado em que se encontrarem, mediante assinatura de recibo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos. Transcorrido esse prazo e não ocorrendo a retirada, os produtos serão inutilizados e descartados.

5.8. A empresa poderá enviar um técnico para acompanhar a análise das amostras, porém, sem nenhum custo para o Instituto Federal do Amapá;

5.9. Para a análise e aprovação das amostras dos itens, caso, solicitadas serão utilizados os seguintes critérios:

5.9.1. **Critério fundamental**, em primeira fase, de caráter eliminatório:

a) Os itens para os quais forem solicitadas apresentação de amostras no momento da análise das propostas, deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência;

b) Esses itens devem estar rigorosamente de acordo com a proposta apresentada pelo licitante.

5.10.2. **Critérios secundários**, também de caráter eliminatório, que serão avaliados mediante a realização de testes e/ou observações, quando for o caso, visando à comprovação da qualidade do produto:



a) análise de qualidade das superfícies dos materiais em que as amostras deverão apresentar superfícies sem riscos na pintura e aparência sem bolhas, rachaduras e/ou defeitos na forma, quando for o caso.

#### **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. A entrega dos materiais será em remessa parcelada, conforme necessidade da Contratante;
- 6.2. O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados da entrega da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, no seguinte endereço: Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398, na Coordenação de Almoxarifado da Reitoria. E nos endereços de cada participante deste processo;
- 6.3. A entrega deverá ser feita diretamente aos locais supracitados, no horário das 08h30min às 11h e das 14h às 17h, de segunda à sexta-feira;
- 6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.8. As empresas que não cumprirem os prazos acima estipulados sofrerão sanções da Lei 8.666/93 e suas alterações, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Licitante e reconhecido pelo IFAP.

#### **7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO**

##### **7.1. Da Ata de Registro de Preços:**

7.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços, proveniente desta compra não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;

7.1.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, o IFAP não será obrigado a fazer a aquisição dos materiais com a empresa assinante da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições;

##### **7.2. Do Contrato:**

7.2.1. Considerando a(s) unidade(s) demandante(s) da presente compra, será(ão) formalizado(s) contrato(s), quando necessário, conforme informações abaixo:

UNIDADE DEMANDANTE	UASG	CNPJ
REITORIA (ÓRGÃO GERENCIADOR)	158150	010.820.882/0001-95
CAMPUS MACAPÁ E OIAPOQUE	158159	010.820.882/0002-76
CAMPUS SANTANA	155592	010.820.882/0004-38



CAMPUS PORTO GRANDE	155941	010.820.882/0006-08
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160	010.820.882/0003-57

7.3. Cabe à Unidade Demandante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, quando for o caso.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- 8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*, no que couber;
  - 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
  - 9.1.7. Atender aos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos neste Termo de Referência e demais exigências relevantes à compra dispostas no Edital e seus anexos;
  - 9.1.8. Fornecer produtos com vida útil prolongada pela excelente qualidade do material, os quais não devem ser tóxicos e devem consumir uma quantidade menor de matérias-primas.
  - 9.1.9. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;



- 9.1.10. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 9.1.11. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 9.1.12. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 9.1.13. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;
- 9.1.14. A comprovação da conformidade com as normas citadas se dará pela aposição do selo de conformidade de forma claramente visível no produto.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;
- 11.2. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

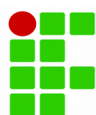
## **12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 12.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente, conforme art. 15, §8º da Lei nº 8.666, de 1993, c/c Decreto nº 9.412, de 2018.
- 12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:





13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não manter a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **14. DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL**

14.1. O licitante deverá apresentar a sua proposta final, com as seguintes informações:

14.1.1. Especificação dos materiais a serem fornecidos, detalhando de forma clara, todas as informações;

14.1.2. O correio eletrônico, número de telefone e contato do responsável pela proposta, para realização dos chamados;

14.1.3. Todas as especificações do material ofertado devem estar de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, inclusive preços unitários e preço total;



14.1.4. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como, também, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;

14.1.5. A proposta deverá incluir informações de atendimento aos padrões de sustentabilidade, quando necessários, conforme estabelecido neste Termo de Referência;

14.1.6. Prazo de validade da proposta devendo ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos.

## 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. A dotação orçamentária será de acordo com a Unidade Gestora da(s) respectiva(s) Unidade(s) Demandante(s) que emitirá as Notas de Empenho, conforme quadros abaixo:

UNIDADE GESTORA	UASG
REITORIA	158150
CAMPUS MACAPÁ E OIAPOQUE	158159
CAMPUS SANTANA	155592
CAMPUS PORTO GRANDE	155941
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160

ITENS	NATUREZA DE DESPESA E SUBITEM	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE
1-34	33.90.30-42	108908	8100

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento das faturas/notas fiscais, observada qualquer alteração posterior da lei;

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

16.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

16.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

16.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



